



Pró- Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital de Urgência da Região Sudoeste Santa Helena - GO
Demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, cifras apresentadas em Reais

Ativo	Nota	Balanco Patrimonial em 31		de dezembro - Em Reais	Nota	Passivo e patrimônio líquido	
		2.017	2.016			2.017	2.016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	844.491	1.343.165	Fornecedores	8	1.380.305	1.266.973
Contas de receber	5	2.528.944	4.679.751	Honorários médicos	9	2.263.683	1.532.193
Estoques	6	-	691.853	Obrigações sociais e trabalhistas	10	66.898	1.694.628
Empréstimos de medicamentos		377.511	381.312	Obrigações fiscais		186.687	302.881
Outros ativos circulante		74.836	177.579	Partes relacionadas	11	55.819	349.707
				Provisão para descontinuidade	12	33.026	-
		3.825.782	7.273.660			3.986.418	5.146.382
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão para descontinuidade	12	-	899.649
Depósitos judiciais		230.992	208.243	Provisão para contingências	13	49.378	-
		230.992	208.243			49.378	899.649
Imobilizado	7	-	1.524.723				
Intangível	7	-	10.955	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Subvenções a realizar	7	-	(1.535.678)	Patrimônio Social		1.435.872	1.643.528
				Déficit do exercício		(1.414.894)	(207.656)
		230.992	208.243			20.978	1.435.872
TOTAL DO ATIVO		4.056.774	7.481.903	TOTAL DO PASSIVO		4.056.774	7.481.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais			
	Nota	2.017	2.016
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receitas de subvenções - custeio	14	37.204.546	40.694.474
Receitas de subvenções - investimento		221.249	233.227
Receitas Financeiras		59.675	32.943
Demais receitas		8.585	2.950
TOTAL DAS RECEITAS		37.494.055	40.963.594
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesa com pessoal	15	(10.213.785)	(10.145.269)
Serviços de terceiros	16	(16.383.909)	(17.734.898)
Custo corporativo compartilhado	17	(3.153.802)	(2.919.732)
Drogas, materiais e medicamentos	18	(6.770.858)	(7.175.542)
Impostos Taxas e Contribuições		(25.481)	(26.317)
		(36.547.835)	(38.001.758)
Depreciação e amortização	7b	(221.249)	(233.227)
Água, gás, energia elétrica e telefone		(623.972)	(766.581)
Anúncios e publicações		(24.185)	(42.283)
Frete e carretos		(77.903)	(90.525)
Viagens e ajuda de custo		(25.335)	(86.261)
Locações		(253.072)	(239.596)
Softwares e Suporte		(251.065)	-
Despesas financeiras		(31.491)	(79.138)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5a	-	(1.274.821)
Provisão para contingências	13b	(49.378)	-
Amortização despesas antecipadas		(35.808)	(71.616)
Resultado de encerramento de contrato	1b	(312.091)	-
Outras despesas		(455.565)	(285.444)
		(2.361.114)	(3.169.492)
TOTAL DAS DESPESAS		(38.908.949)	(41.171.250)
DÉFICIT DOS EXERCÍCIOS		(1.414.894)	(207.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais			
	Patrimônio Social	Superávit dos exercícios	Total
EM 1º DE JANEIRO DE 2.016	1.643.528	-	1.643.528
Déficit do exercício		(207.656)	(207.656)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.016	1.643.528	(207.656)	1.435.872
Transferência	(207.656)	207.656	-
Déficit do exercício		(1.414.894)	(1.414.894)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017	1.435.872	(1.414.894)	20.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital de Urgência da Região Sudoeste
Santa Helena - GO

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital de Urgência da Região Sudoeste - Santa Helena - GO, (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o pressuposto de atividade operacional descontinuada que considera a apresentação dos ativos pelo valor de realização e dos passivos pelo de liquidação.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para funda-

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais		
	2.017	2.016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit dos exercícios	(1.414.894)	(207.656)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	221.249	233.227
Realização das subvenções	(221.249)	(233.227)
Provisão para Contingência	49.378	-
Déficits ajustados	(1.365.516)	(207.656)
Variáveis nos ativos e passivos		
Contas a receber	2.150.807	4.501.092
Estoques	691.853	(120.827)
Empréstimos de medicamentos	3.801	-
Outros ativos circulante	102.743	(25.530)
Depósitos judiciais	(22.749)	(22.653)
Fornecedores	113.332	(787.046)
Honorários médicos	731.490	(835.161)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.627.730)	171.367
Obrigações fiscais	(116.194)	98.709
Receita Diferida	33.026	(1.311.100)
Provisão para descontinuidade	(899.649)	224.963
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(204.786)	1.686.158
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(25.332)	(91.708)
Subvenções a realizar	25.332	91.708
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados - partes relacionadas	(293.888)	(400.293)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(293.888)	(400.293)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(498.674)	1.285.865
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.343.165	57.300
No fim do exercício	844.491	1.343.165
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(498.674)	1.285.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais		
	2.017	2.016
DÉFICIT DOS EXERCÍCIOS	(1.414.894)	(207.656)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS	(1.414.894)	(207.656)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase

Encerramento do contrato de gestão hospitalar

Conforme mencionado na nota explicativa 1b, as operações de gestão hospitalar do Hospital de Urgência da Região Sudoeste foram encerradas em 11 de Dezembro de 2.017. A Administração aguarda o recebimento dos valores a receber junto a Secretaria de Saúde do estado de Goiás para liquidar os passivos registrados. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indi-



vidualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Santa Helena, 23 de Março de 2018.

LM AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP018.611/O-8

Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - GO

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objetivos Sociais

A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social:

I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial.

II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar.

III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde.

IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização.

Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades:

I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo.

II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados.

III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação.

b) Encerramento do Contrato de Gestão – Hospital de Urgência da Região Sudoeste

A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 16 de novembro de 2010, celebrou com o Governo do Estado de Goiás o contrato de Gestão para Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital de Urgência da Região Sudoeste, renovado através de termos aditivos ao contrato de gestão nº 120/2010-SES/GO até 11 de dezembro de 2017.

Em 11 de dezembro de 2017, a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar encerrou suas atividades de gestão hospitalar na unidade "Hospital de Urgência da Região Sudoeste de Goiás – HURSO", devido extinção do prazo contratual, passando a Secretaria de Saúde do estado de Goiás a ser responsável pela unidade.

Como resultado do encerramento das atividades operacionais, a Administração da unidade transferiu a responsabilidade de gestão hospitalar a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, procedeu à devolução dos estoques mantidos em seu poder, assim como os ativos imobilizados.

Os efeitos reconhecidos no resultado do exercício de 2017 foram:

Descrição	R\$
Devolução dos estoques	312.091
Devolução do ativo imobilizado	1.339.762
Baixa das subvenções a realizar	(1.339.762)
Total	312.091

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de atividade operacional descontinuada, em razão do encerramento do contrato de gestão. Os ativos estão apresentados pelo valor de realização e os passivos pelo valor de liquidação. Adicionalmente, foram observadas também, as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 23 de Março de 2018.

2.1 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos e premissas na determinação do registro de estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo

de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

- Nota 7 – Depreciação e Amortização do Imobilizado e Intangível;
- Nota 12 – Provisão para descontinuidade;
- Nota 13 – Provisão para contingência

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Ativos circulantes e não circulantes

• Caixa e equivalentes de caixa:

Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

• Contas a receber de clientes:

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário.

• Estoques:

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos.

• Imobilizado:

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

• Intangível

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

b) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

c) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

d) Receita diferida

As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 – (Subvenção e Assistência Governamentais).

Receita diferida - custeio

As receitas diferidas de custeio correspondem aos valores dos gastos mensais relativo ao contrato de gestão pactuado, e serão apropriadas ao resultado no exercício subsequente.

Receita diferida - investimento

Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício.

e) Patrimônio social

Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

f) Receitas e despesas

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social.

Receitas de subvenções custeio

As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos.

Custos e despesas

Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados.

g) Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

• Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2.017	2.016
Caixa	-	1.000
Banco e aplicações financeiras de curto prazo (a)	844.491	1.342.165
	844.491	1.343.165

(a) Correspondem saldo em conta corrente e a aplicação automática em Fundos de Investimentos no Banco Itaú.

5. CONTAS A RECEBER

Descrição	2.017	2.016
Secretaria do Estado da Saúde (a)	3.878.835	6.029.642
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	(1.349.891)	(1.349.891)
	2.528.944	4.679.451

(a) Secretaria do Estado da Saúde de Goiás

As contas a receber com a Secretaria do Estado da Saúde de Goiás correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não repassados pelo Governo Estadual. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, foi recebido o montante de R\$ 3.878.834,61

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, sem expectativa



de recebimento junto a Secretaria do Estado de Saúde do Estado de Goiás.

A movimentação do exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo em 1º de Janeiro	(1.349.891)	(75.070)
Complemento de provisão	-	(1.274.821)
Saldo em 31 de dezembro	(1.349.891)	(1.349.891)

6. ESTOQUES

Descrição	2.016
Dietas enterais e parenterais	28.001
Fios cirúrgicos	27.095
Gases medicinais	11.342
Materiais de limpeza e lavanderia	31.860
Materiais hospitalares de consumo	228.049
Materiais hospitalares de reposição	7.542
Medicamentos	250.911
Uniformes e enxovais	565
Órtese e prótese	20.046
Demais materiais	80.442
	691.853

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1b – Encerramento do contrato de gestão, devido ao encerramento das atividades operacionais, a Administração autorizou a baixa dos estoques existentes em 31 de dezembro de 2.017, para o resultado do exercício na rubrica "Resultado do encerramento de contrato de gestão".

7. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E SUBVENÇÕES A REALIZAR

(a) Composição

Descrição	2.016
Imobilizado	Líquido
Instrumentos médicos cirúrgicos	696.706
Equiptos processamento de dados	77.164
Máquinas e eqüiptos hospitalares	503.988
Máquinas e eqüiptos de escritório	18.744
Móveis e utensílios de escritório	208.468
Outras imobilizações	19.653
	1.524.723

Intangível

Direito de uso de software	10.955
	10.955

Subvenções a realizar

Subvenções governamentais	(1.535.678)
	(1.535.678)

(b) Movimentação

Descrição	Saldo em 31/12/16	Adições	Realizações	Baixas	Saldo em 31/12/17
Imobilizado					
Instr. médicos cirúrgicos	906.760			(906.760)	-
Eqüiptos.de Proc. de dados	164.699	6.073		(170.772)	-
Máqs. e eqüiptos hospitalares	671.434	6.563		(677.997)	-
Máqs. e eqüiptos de escritório	30.455			(30.455)	-
Móveis e utens. de escritório	327.579	12.141		(339.720)	-
Outras imobilizações	29.709	555		(30.263)	-
(-) Depreciação	(605.913)	(216.136)		822.048	-
	1.524.723	(190.804)		(1.333.919)	-
Intangível					
Direito de uso de softwares	41.146			(41.146)	-
(-) amortização	(30.191)	(5.113)		35.304	-
	10.955	(5.113)		(5.842)	-
Subvenções a realizar					
Subvenções governamentais	(1.535.678)	(25.332)	221.249	1.339.761	-
	(1.535.678)	(25.332)	221.249	1.339.761	-
		(221.249)	221.249	-	-

Baixas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1b – Encerramento do contrato de gestão, devido ao encerramento das atividades operacionais, a Administração autorizou a baixa dos ativos imobilizados e intangíveis, existentes em 31 de dezembro de 2.017, para o resultado do exercício na rubrica "Resultado do encerramento de contrato de gestão".

(c) Taxa de depreciação

As taxas de depreciação estimadas ao ano, com base na vida útil dos bens foram as seguintes:

Descrição	Taxa ao ano
Instrumentos médicos cirúrgicos	10,0%
Equipamentos de processamento de dados	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de softwares	20,0%

8. FORNECEDORES

Descrição	2.017	2.016
Fornecedores de materiais e medicamentos	668.505	687.803
Serviços de pessoa jurídica	711.800	579.170
	1.380.305	1.266.973

9. HONORÁRIOS MÉDICOS

Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.017	2.016
Honorários médicos pessoa jurídica	2.263.683	1.532.193
	2.263.683	1.532.193

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	4.444	517.669
Provisão de férias e encargos	20.915	1.026.358
FGTS	409	79.546
INSS	81.715	57.651
Outras obrigações	(40.585)	13.404

11. PARTES RELACIONADAS

Descrição	2.017	2.016
Pró-Saúde – Sede Social (a)	-	(157)
Pró-Saúde – Sede Administrativa (b)	55.819	349.863
	55.819	349.707

(a) – Empréstimos

Corresponde a empréstimo cedido a Sede Social da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem cobrança de encargos, e sem prazo estabelecido para devolução.

(b) – Custos Corporativos Compartilhados

Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

12. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE CONTRATO

Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado.

A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	899.649	674.686
Adições (Nota 16 – despesa com pessoal)	398.143	310.176
Baixas por rescisões de contratos	(1.264.766)	(85.213)
Saldo final	33.026	899.649
Valores classificados no passivo circulante	33.026	-
Valores classificados no passivo não circulante	-	899.649

Tendo em vista que a realização da provisão para descontinuidade se dará no próximo exercício social, em 31 de dezembro de 2017 o valor está sendo apresentado no passivo circulante.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões civis, trabalhistas e outros assuntos.

Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário.

No exercício de 2017, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, identificou contingências prováveis de perda no montante de R\$ 49.378 e autorizou o registro da provisão.

14. RECEITAS DE SUBVENÇÕES - CUSTEIO

As receitas com subvenções – custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com o Governo do Estado de Goiás, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.017 montaram R\$ 37.204.546 (2.016 – R\$ 40.694.474).

15. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	(6.563.583)	(6.370.943)
Insalubridade	(315.437)	(348.388)
Horas extras	(368.792)	(337.694)
Décimo terceiro salário	(735.867)	(643.100)
Férias	(896.689)	(965.548)
FGTS	(632.058)	(724.704)
Provisão para descontinuidade – Multa rescisória FGTS	(398.143)	(310.176)
Contribuição Patronal ao INSS	(2.422.943)	(2.373.557)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	2.422.943	2.373.557
PIS sobre folha	(62.778)	-
Isenção do PIS sobre folha (a)	46.283	-
Outras	(286.721)	(444.716)
	(10.213.785)	(10.145.269)

(a) Em fevereiro de 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário nº 636.941/RS, onde decidiu que as entidades beneficentes de assistência social que atendam aos requisitos legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2.017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.

16. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição	2.017	2.016
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(14.234.315)	(14.968.946)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(2.149.595)	(2.764.904)
Serviços tomados de pessoa física	-	(1.048)
	(16.383.909)	(17.734.898)

17. CUSTO CORPORATIVO COMPARTILHADO

Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.

18. DROGAS, MATERIAIS E MEDICAMENTOS

Descrição	2.017	2.016
Medicamentos	(1.782.840)	(1.880.264)
Órtese e prótese	(864.281)	(1.128.353)
Materiais de uso do paciente	(930.129)	(799.582)
Gases medicinais	(330.826)	(302.142)
Gêneros alimentícios	(695.106)	(697.412)
Materiais de limpeza e lavanderia	(355.936)	(330.150)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(1.409.130)	(1.624.043)
Demais materiais	(402.610)	(413.596)
	(6.770.858)	(7.175.542)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.017	2.016
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	844.491	1.343.165
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	2.528.944	4.679.751
TOTAL	3.373.435	6.022.916



Passivos

Pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.380.305	1.266.973
Honorários médicos	2.263.683	1.532.193
Partes relacionadas	55.819	349.707
TOTAL	3.699.807	3.148.873

Risco de liquidez

O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

20. INSS COTA PATRONAL

(a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012.

Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61 o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica.

O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal.

(b) Apresentação da cota patronal

A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 – Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício.

(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais

A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou

perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades.

21. IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital de Urgência da Região Sudoeste de Goiás - HURSO, é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos:

PIS (Programa de Integração Social)

A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal.

COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):

A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.017	2.016
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.124.822	1.228.908
Contribuição patronal ao INSS	2.422.943	2.373.557
PIS Sobre Folha de Pagamento	46.283	
	3.594.048	3.602.465

22. PACIENTES ATENDIDOS

A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.

Composição:

Dom Eurico dos Santos Veloso

Presidente

Maria Cândida Borba Brum

Diretora Administrativa

Claudineia Teodoro

Contadora local

CRC/PA: 007584/O-9 "S" GO

Jocelmo Pablo Mews

Diretor Geral da Pró-Saúde

Anthony Jefferson E. Carrera

Diretor Geral

David Martins Ferreira

Contador Geral

CRC: 1SP 195.413/O-2 "S" – GO

Protocolo 71366



DOE SEUS ÓRGÃOS, ASSIM COMO EM VIDA DOAMOS UM ABRAÇO,
UM APERTO DE MÃOS, UMA CONVERSA AMIGA, ALGUMAS PALAVRAS OU ATÉ MESMO UMA LETRA.

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS. O SEU MAIOR GESTO DE GRATIDÃO À VIDA.

